



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

Estado de Minas Gerais  
CNPJ nº 20.920.625/0001-89

## NOTA TÉCNICA

**ASSUNTO:** Aplicabilidade dos arts. 48, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006 – Concorrência Eletrônica destinada à execução de obra pública e serviços de engenharia.

**OBJETO:** Obra de construção da Creche Municipal Terracini, no Distrito de Altolândia, no município de Tapiraí/MG.

Trata-se de análise técnica acerca da aplicabilidade das disposições previstas no art. 48, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, no âmbito da Concorrência Eletrônica destinada à contratação de empresa especializada para execução de obra pública e serviços de engenharia sob o regime de empreitada por preço global.

O art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 estabelece a obrigatoriedade de instituição de cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) exclusivamente para aquisição de bens de natureza divisível.

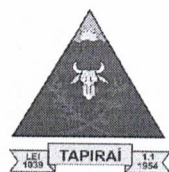
No caso concreto, verifica-se que a contratação pretendida possui natureza técnica, funcional e executiva indivisível, incompatível com a fragmentação da execução contratual em cotas autônomas, especialmente em razão da interdependência entre etapas construtivas, da necessidade de coordenação unificada da execução, da centralização da responsabilidade técnica e da preservação da integridade do cronograma físico-financeiro da obra.

Nos termos do art. 87 do Código Civil, consideram-se divisíveis os bens suscetíveis de fracionamento sem alteração de sua substância, sem diminuição considerável de valor e sem prejuízo do uso a que se destinam. Por analogia técnico-jurídica, referido entendimento também se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia cuja fragmentação comprometa a funcionalidade, a eficiência executiva, a padronização construtiva ou a adequada fiscalização administrativa.

A adoção de cota reservada, no presente caso, possui potencial de comprometer a eficiência administrativa, a economicidade da contratação, a gestão integrada da execução e a obtenção do resultado final pretendido pela Administração Pública, enquadrando-se, ainda, na hipótese prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, segundo o qual o tratamento diferenciado não será aplicado quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Registra-se, ainda, a não adoção da faculdade prevista no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe que a Administração Pública “poderá”, nos processos licitatórios destinados à execução de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

A utilização do verbo “poderá” pelo legislador evidencia natureza discricionária da medida, condicionando sua aplicação à análise de conveniência administrativa, compatibilidade técnica e adequação operacional no caso concreto.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ


Estado de Minas Gerais  
CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Na presente contratação, verificou-se que a imposição de subcontratação obrigatória possui potencial de comprometer a centralização da responsabilidade técnica da obra, a coordenação executiva dos serviços, a gestão do cronograma físico-financeiro, a definição objetiva das responsabilidades contratuais e a eficiência da fiscalização administrativa, especialmente em razão da natureza integrada, sequencial e interdependente dos serviços de engenharia envolvidos.

Além disso, a fragmentação indireta da execução contratual mediante subcontratação compulsória poderá acarretar riscos à padronização executiva, ao controle tecnológico da obra, à gestão da segurança do trabalho, à rastreabilidade das obrigações técnicas e à adequada responsabilização da contratada principal perante a Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se pela não aplicação, no presente procedimento, das medidas previstas no art. 48, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, preservando-se a integridade técnica da contratação, a eficiência administrativa, a economicidade, a competitividade útil, a segurança da execução contratual e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**Tapiraí/MG, 19 de junho de 2026.**

  
**Ana Carolina Pedroza**  
**Agente de Contratação**  
**Município de Tapiraí/MG**